

O tempo certo da "paulada"

22 NOV 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

O "tempo político", avaliado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, recomenda que a estabilização econômica ou a "paulada" na inflação seja dada ainda neste ano, no mais tardar em meados de dezembro próximo.

A equipe que o assessora, no entanto, aconselha que é necessário ter mais cautela e aguardar um ajuste fiscal prévio que permita ter as garantias de que o déficit orçamentário seja zerado em 1994. Esse déficit foi estimado, originalmente, em 6% do Produto Interno Bruto (PIB), mas é, na realidade, bem menor.

Há um enorme descompasso nessa avaliação de tempo. A equipe econômica, temerosa da repetição de erros passados, prefere empurrar a estabilização para janeiro. Uma situação que estaria deixando o ministro Fernando Henrique "exasperado". Afinal, ele estaria expressando, também, os desejos do presidente Itamar Franco e dos líderes do governo no Congresso Nacional, assinalou um assessor do ministro.

O receio da equipe econômica é de reproduzir a traumatizante experiência da reunião de Carajás, quando, em julho de 1986, a então equipe econômica levou ao presidente José Sarney — já com os dividendos de uma inflação baixa dados pelo Plano Cruzado — a necessidade do ajuste fiscal, que lhe foi negado em razão das eleições que ocorreriam ainda naquele ano.

Por essa razão, os economistas do governo insistem em ter, primeiro, uma garantia inequívoca de que é possível zerar o déficit orçamentário em 1994, com proposta do orçamento, que será encaminhada ao

Congresso nesta semana, tendo já sido aprovada. Somente depois é que detonariam um processo de desindexação, que passaria, inicialmente, pelo indexador único, atrelado à variação da taxa de câmbio, conforme uma das hipóteses da área econômica. Não há espaços para cometer erros, argumentam os formuladores da política econômica oficial. Adotar um indexador único, com base na variação cambial, sem ter a credibilidade do mercado assegurada pelo equilíbrio fiscal, pode significar fazer uma cirurgia sem assepsia prévia. E a taxa de inflação voltaria com força revigorada, além dos riscos de criar um atraso tarifário para as empresas públicas e um prejuízo incalculável para os exportadores. "Cada 5% de diferença do câmbio em relação à inflação pode resultar em uma perda de receitas para as estatais de 0,5% do PIB", calculou um desses assessores.

O presidente da República, junto com o ministro da Fazenda, no entanto, é quem determinará a data. Na sexta-feira, o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, e o deputado Raul Belém (sem partido) estiveram com o presidente Itamar, no Rio de Janeiro, e informaram que as medidas econômicas deverão ser encaminhadas ao Palácio do Planalto pelo ministro da Fazenda, e na primeira quinzena de dezembro o presidente da República as enviará ao Congresso, segundo o repórter Fernando Paulino.

O déficit operacional embutido na proposta orçamentária, que foi enviado em agosto passado para o Congresso, não é, na verdade, de 6% do PIB. É bem menor, o que significa que o esforço fiscal

GAZETA MERCANTIL

(Continua na página 3)

O tempo certo da...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

necessário não chega aos US\$ 26,7 bilhões, como tem sido anunciado pela equipe.

A metodologia para elaborar o Orçamento para 1994, a partir de determinações da área econômica, foi de colocar na coluna das despesas todas as demandas necessárias a um bom funcionamento da máquina administrativa, melhoria salarial para o funcionalismo público e gastos com juros a partir de uma extrapolção das condições deste ano em curso. Assim, constam como despesas de pessoal, inclusive, gastos com sentenças judiciais ou demandas trabalhistas, que podem ser postergadas com facilidade, assim como a realização de concursos para contratação de alguns milhares de novos funcionários. Prorrogou-se para o ano todo, e com base numa taxaço de inflação de 30% em janeiro, decres-

cente para 17% em dezembro de 94, a política salarial do funcionalismo público, em vigor, que termina legalmente em maio próximo, o que resultaria num importante ganho real.

O próprio fato de o Orçamento estar sendo recalculado com base numa trajetória de inflação inferior, tendo em vista a estabilização pretendida, e a intenção de manter os salários reais idênticos ao deste ano, já resulta numa boa economia de recursos. Olhando o ano de 1994 dentro de um cenário de estabilização, e, em decorrência desta, um alongamento negociado dos prazos da dívida pública, os gastos com encargos da dívida interna também teriam um bom enxugamento. Cálculos extra-oficiais apontam para um déficit operacional efetivo, assim, não de 6% do PIB, mas de cerca de 2% do PIB. Esse seria o tamanho do corte que doeria. O resto seria corte em relação a uma situação ideal.